

# PREVISÕES PARA 2007 NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## CONTRA A INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO A LUTA E A AFIRMAÇÃO DOS TRABALHADORES

O ano de 2007, que se aproxima, não faz prever bons augúrios no que se refere à Administração Pública. Aliás, corresponderá a um cada vez mais agravamento de uma situação já por si de retrocesso contínuo, que vinha já acontecendo, pelo menos, nos últimos quatro anos.

Mas a verdade é que, se anteriores Governos trataram a Administração Pública de molde a minar-lhe as suas bases, a apoucá-la, este Governo - de tendência política diferente - quando seria de esperar pela sua própria definição - uma alegada maior consciência social - tornou tudo ainda pior para todos os trabalhadores do sector.

O grande ponto de interrogação para 2007 é que vínculos, que carreiras, qual a perspectiva das remunerações em função de toda uma situação de agravamentos constantes, com redução do poder de compra e do bem estar social?!

Redução motivada por um escasso aumento das remunerações fixado em 1,5%, mantendo-se sistematicamente abaixo da taxa de inflação pelo 8º ano consecutivo.

Redução do poder de compra pelo aumento dos encargos com a saúde, com os trabalhadores sujeitos a aumentos de taxas moderadoras e de descontos para a ADSE que equivalem a uma angústia maior para quem procura mais saúde.

Tudo isto gera insegurança, desmotivação para além de não perspectivarmos serviços dinâmicos e eficientes para 2007, até porque o Governo não os vai deixar funcionar com normalidade face à maior precariedade laboral.

Que melhor exemplo de insegurança do que a falta de informação que existe sobre a reestruturação dos Serviços Públicos, com a conseqüente perspectiva de muitos trabalhadores serem colocados na lista de mobilidade específica, portanto dispensáveis, com redução faseada de parte do seu vencimento?

É a concretização dos supranumerários que preocupa os trabalhadores (o Ministério da Agricultura já deu, por exemplo, uma ideia de grandeza de quantos trabalhadores

quer largar para o quadro de excedentes - à volta de 3.500), com a consequente suspeição de que muitas tarefas da Administração Pública, em aberto pelo afastamento compulsivo de muitos trabalhadores, venham a ser desempenhadas, no futuro, por empresas contratadas fora da esfera pública.

Ou seja, reduz-se o número de trabalhadores alegadamente para poupar nos gastos e contratam-se empresas para os substituir, suplantando os gastos iniciais e, afinal, transformando-os em enormes prejuízos, cuja responsabilidade o Governo tenderá a atribuir sempre aos mesmos: os trabalhadores...

É por isso que, pela nossa parte, também, as perspectivas que se deparam à Administração Pública, só permitem antever que 2007 será um ano de intensificação de lutas. O desrespeito permanente do Governo pelos trabalhadores assim o exige. A recusa negocial nas questões principais assim o parece determinar. Estaremos na primeira linha da luta contra esta política do quero, posso e mando.

Porque é, essencialmente, uma política que lesa as potencialidades do regime democrático em que nos queremos situar.

O ano de 2007 não augura nada de bom mas, se formos fortes e determinados, a nossa voz confirmará que, não obstante as agruras, permaneceremos vivos e actuantes rumo ao futuro melhor com que todos sonhamos.

É essa determinação que esperamos dos trabalhadores e das suas organizações sindicais. Só assim estaremos na primeira linha do combate por uma verdadeira reforma da Administração Pública, que até ao momento o Governo tem escamoteado e posto ao serviço de interesses alheios.

LISBOA, 2006-12-28

A DIRECÇÃO